

DO PRESIDENCIALISMO AO GOLPE DE 64¹

João Carlos Diniz de Campos Sobrinho²

Resumo: Este artigo tem como intuito apresentar um breve estudo do período presidencialista do governo do ex-presidente João Belchior Marques Goulart, que ocorreu entre os anos de 1961 e 1963 no Brasil. Serão apresentadas, aqui, dimensões do referido governo, buscando um enfoque diferenciado ao comumente veiculado sobre o ex-presidente. Far-se-á, assim, uma análise dos episódios e desenrolar político que levaram João Goulart à presidência em caráter presidencialista, em 1963, a crescente radicalização da oposição ao governo e o agravamento da crise político-econômica vivida pelo Brasil no referido período. Tais acontecimentos foram cruciais para a instauração de um dos episódios mais marcantes de nossa história: o regime civil militar, de 1964 a 1985.

Palavras-chave: Governo João Goulart; trabalhismo; e golpe civil-militar.

Abstract: This article has the intention to present a brief study of the presidential term of former President Joao Belchior Marques Goulart, which occurred between the years 1961 and 1963 in Brazil. Will be presented here, the government said dimensions, seeking a different approach to it is commonly used on the former president. Far will be thus an analysis of episodes and political progress that led João Goulart for president in presidential character, in 1963, the growing radicalization of opposition to the government and the worsening political and economic crisis experienced by Brazil in that period. Such events were crucial to the establishment of one of the most remarkable episodes of our history: the military civilian rule, from 1964 to 1985.

Keywords: Government Goulart; Labour; and civil - military coup.

Capítulo II – Do presidencialismo ao Golpe de 1964

Capítulo de monografia apresentada em Dezembro de 2014, como requisito para aprovação no curso de Licenciatura em História. Onde foram abordadas visões e conceitos

¹ Capítulo 2 da Monografia “*Não troco um só trabalhador brasileiro por cem desses grã-finos arrumadinhos*”: a crise política no governo João Goulart (1961-1964) apresentada ao Corpo Docente do curso de Licenciatura em História das FIC/FEUC.

² Licenciado em História pelas Faculdades Integradas Campograndenses (FIC)/FEUC.

sobre o governo de João Goulart, a crise política e econômica existente no Brasil no período e motivos que levam ao Golpe em 1964.

Aprovada em 09 de Dezembro de 2014.

Orientador(a)

Professora, Doutora Vivian Cristina da Silva Zampa

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, a historiografia sobre a crise política vivida no país na década de 1960, que resultaram no Golpe de Abril de 1964, recebeu inúmeras roupagens e enfoques, fossem sobre o ponto de vista econômico, político ou conjuntura vivida pela sociedade na época. Ao se analisar os escritos sobre o tema, porém, observa-se que a uma figura central e de extrema importância no período, João Goulart, são atribuídas descrições pejorativas, - inabilidade política, estagnação, falta de posicionamento, tendência comunista – que, no geral, colocam todo contexto político vivido em segundo plano e usam estas características como principais motores que levaram ao Golpe em 1964.

Tendo em vista uma historiografia que levanta outras problemáticas, esta pesquisa tem como intuito discutir a conjuntura e questões que se desenvolveram nos anos de 1961-1964, durante o governo do presidente João Goulart, apresentando conceitos e enfoques que fujam do comumente visto em livros e publicações. Utilizando autores que expressem novas visões de Goulart e seu governo, como Luiz Alberto Moniz Bandeira, Jorge Ferreira e Antonio Nóbrega Filho, que procuram explicar os conceitos de “radicalização política e social” e da “grave crise” que o país vivia, procuraremos compreender a trajetória que desencadeou o Golpe de Abril de 1964.

Com o intuito de contribuir com o assunto proposto na edição desta revista, destaquei o segundo capítulo do meu trabalho, onde venho discutir diretamente o período em que João Goulart assumiu sobre a égide do regime Presidencialista, junto aos motivos que levaram ao retorno deste regime e suas problemáticas. Igualmente, a luta política por apoio à implementação das Reformas de Base, sobretudo a Reforma Rural, a relação e proximidade de Goulart com as massas e demais setores da sociedade, assim como do discurso que ficou

conhecido como “Comício da Central do Brasil”, finalizando com os motivos que deram o prenúncio do Golpe de 1964 no Brasil.

Diferente do texto na íntegra, foi deixado de fora a discussão sobre a construção do termo “trabalhista” que trago como diferencial neste segundo capítulo, no demais, o texto se encontra como no original.

Ao me propor este trabalho, tive como intuito contribuir com mais uma análise sobre o governo Jango, bem como sobre os momentos que antecederam ao Golpe de 1964, organizado pelos militares e por grupos civis, que se opuseram a diferentes dimensões e ações do governo até então desenvolvido e de suas propostas para o Brasil.

Capítulo II – Do presidencialismo ao Golpe de 1964

2.1 – O plebiscito de 1963 e o Presidencialismo com João Goulart

Ao começar o capítulo, usarei uma fala de Daniel de Mendonça, que se liga diretamente ao tema desse trabalho, para entendermos a importância do plebiscito de 1963 e o retorno do regime Presidencialista no Brasil.

Sete de setembro de 1961 foi a data da posse de João Goulart como presidente da República, mas também a data de um golpe civil-militar contra as instituições democráticas brasileiras. Isolado, como um rei sem súditos, o líder trabalhista assumiu a Presidência da República num regime parlamentarista. Levou quinze meses para deslindar o golpe branco, a “solução de continuidade”. O contra-golpe do plebiscito do sistema de governo iria lhe devolver suas justas prerrogativas constitucionais em mais uma manobra casuística da política brasileira, quando novamente de forma extemporânea volta à cena política o sistema presidencialista de governo.³

Com o insucesso do parlamentarismo no país, devido a diversos fatores antes citados – como a forte campanha a favor do presidencialismo e outras questões exemplificadas de forma direta por Antonio Nóbrega Filho, que expõe a crise política, a radicalização e o motivo “pífio” de vetar Goulart, vemos que

O grave momento político brasileiro desse período, gerado pelo desgaste de oposições e conflitos internos, impediu a

³MENDONÇA, Daniel de. *Democracia Sem Democratas: Uma Análise Da Crise Política No Governo João Goulart (1961-1964)*. Porto Alegre, Janeiro De 2006. p.187.

consolidação do regime parlamentarista, registrando no curto espaço de apenas um ano, a passagem de três gabinetes, chefiados respectivamente por: Tancredo Neves; Brochado da Rocha e Hermes Lima. Nas condições em que tinha sido implementado, o Parlamentarismo era claramente um arranjo para limitar a ação de Jango. Em um plebiscito de resultados inquestionáveis o eleitorado decidiu pela volta ao Presidencialismo no dia 06 de janeiro de 1963.⁴

O plebiscito⁵ onde seria escolhida a forma de governo no país foi antecipado. Previsto anteriormente pela “Emenda Constitucional nº 4, que garantiu a posse de Goulart, mas instituiu o regime parlamentarista no país, prevendo para o início de 1965 um plebiscito que decidiria sobre a continuidade do parlamentarismo”⁶, porém antecipado para Janeiro de 1963. Fosse devido à insatisfação popular ou a campanha feita pelo governo de Goulart pela volta do regime presidencialista, o “NÃO”, que marcava o retorno ao presidencialismo ganhou a votação de forma expressiva, “Cinco em cada seis eleitores decidiram pelo NÃO”⁷. Lembro que a antecipação do plebiscito, e tal expressão a favor do presidencialismo, não ocorreram apenas por pressão do governo de Goulart e da população. O artigo publicado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDHCB), de Mônica Almeida Kornis, nos exemplifica vários pontos que serviram de base para a antecipação deste e contribuíram para o retorno do presidencialismo no país, que foi sentido de forma tão expressiva nas urnas.

Em agosto, os ministros da Marinha, almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano, da Guerra, general Néelson de Melo, e da Aeronáutica, brigadeiro Reinaldo Joaquim Ribeiro de Carvalho, apoiaram publicamente a antecipação do plebiscito, enquanto o Congresso determinava que a consulta ocorresse até abril de 1963. Entretanto, Goulart pretendia que a consulta popular se realizasse em outubro de 1962, juntamente com as eleições para o Congresso.

Em 14 de setembro, Brochado da Rocha renunciou após não ter conseguido que o Congresso aprovasse a antecipação do plebiscito. No dia seguinte, foi decretada uma greve geral dos trabalhadores. Pressionado, o Congresso aprovou naquele

⁴ FILHO, Antonio Nóbrega et al. *Jango: Luta Pela Democracia*. INESP. Ceára, 2009. p.15.

⁵Plebiscito e referendo são consultas ao povo para decidir sobre matéria de relevância para a nação em questões de natureza constitucional, legislativa ou administrativa. In: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos>

⁶In:http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Parlamentarismo_sim_ou_ao. 20/10/2014 às 15:17.

⁷MELO, Demian Bezerra de. *O Plebiscito De 1963: Inflexão De Forças Na Crise Orgânica Dos Anos Sessenta*. p. 14.

mesmo dia a Lei Complementar nº 2, que marcava a realização do plebiscito para 6 de janeiro de 1963.

Em 1º de janeiro de 1963, o governo majorou os salários em 75%, assegurando o apoio das lideranças sindicais e das bases trabalhadoras à volta ao presidencialismo. No dia 6, 11.531.030 eleitores, de um eleitorado de 18 milhões, votaram no plebiscito. O resultado determinou a volta ao presidencialismo, por 9.457.448 votos contra 2.073.582.⁸

Desta forma, o cenário foi imposto, articulado para a derrocada do período parlamentar no país e a volta do Presidencialismo. Porém, o curto período de Governo Presidencialista de João Goulart não foi pleno e tranquilo, pois

Goulart assumiu a presidência em um momento marcado por graves crises políticas e econômicas, choques ideológicos entre a esquerda e a direita radicais, acontecimentos que colocavam em risco o regime democrático, período esse que coincidiu com o fim do parlamentarismo e a restituição do sistema presidencialista⁹.

Vemos também, através da fala de Daniel de Mendonça, essa instabilidade e falta de base política, o mesmo diz que

[...] o período presidencialista de João Goulart foi marcado pela inconstância política e pela instabilidade econômica. Por várias vezes seu ministério foi alterado, o PTB e o PSD, partidos que deveriam lhe dar o suporte político no Congresso, estavam profundamente divididos, a UDN vociferava na oposição, a produção brasileira decrescia e a inflação batia recordes diante da instabilidade institucional.¹⁰

Apesar disso, observou-se que “Jango desejava o presidencialismo, porque assumiria definitivamente as funções presidenciais que dele foram retiradas na crise política de agosto de 1961, na renúncia de Quadros.”¹¹, acreditava que com o retorno a tal configuração política, possuiria maiores “poderes, teria mais condições de implementar as reformas de base.”¹² Estas que configuravam sua proposta política e que formavam uma das bases, se não a maior, de seu governo, junto as esquerdas e a grande parte da população.

⁸In:http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Parlamentarismo_sim_ou_nao. 20/10/2014 as 15:25.

⁹ FILHO, Antonio Nóbrega et al. Op. Cit., p.12

¹⁰MENDONÇA, Daniel de. Op. Cit., pp. 2-3.

¹¹ NOGUEIRA, Marcelo D'alencourt. Op. Cit., p.18

¹²Idem.Ibid.

Porém, desde sua posse, vemos a instalação de “um crescente “caos” político no País, culminando em nova intervenção militar que, desta vez, colocou fim à Terceira República (1945-1964)”¹³. Com arranjos políticos delicados, forte radicalização e pressão externa e interna, João Goulart teve seu período presidencialista marcado por embates e questões econômicas (combate à inflação, renegociação do FMI, os planos trienais), políticas (Reformas de Base, com pouco apoio parlamentar) e culturais (a efervescência cultural, UNE volante, formação da Campanha da Mulher pela Democracia).

Em um primeiro momento, após a vitória nas urnas no dia 06 de Janeiro de 1963, “Jango fortaleceu-se e passou a articular para implementar as reformas”¹⁴. Nesse momento, acreditando no apoio das massas e, até mesmo no favorecimento da conjuntura política, busca, através dos seus discursos e posicionamentos, aproximar-se delas, – sobretudo trabalhadores e jovens –, e estabelecer ou restabelecer as condições para que possa governar, o que pode ser observado na mensagem que enviou ao Congresso Nacional em março de 1963

Ao receber do povo, em 6 de janeiro, o seu extraordinário voto de confiança, patrioticamente observado pelo Congresso Nacional, compreendi que era meu dever primordial restabelecer as condições necessárias ao exercício pleno do Governo.¹⁵

Podemos perceber que, para João Goulart, em relação a determinados setores da sociedade – tais como os sindicatos, a UNE, as Ligas Camponesas e as organizações de trabalhadores em geral – o momento era favorável, pois o mesmo dirige seu discurso para estas massas jovens e trabalhadoras, em parte pela sua característica e bagagem trabalhista, perceptível em seu governo e, em outra, pela real conjuntura, com o intuito de legitimar através destas seu governo, em uma tentativa de demonstrar força e credibilidade aos setores contrários e ao Congresso. Podemos verificar tais afirmações nos pronunciamentos de Goulart no período, onde o mesmo busca a afirmação das reformas e de sua base de apoio político, conforme afirmou em abril de 1963

Sinto também a satisfação de dizer nessa oportunidade que os compromissos que juntos assumimos, nas praças públicas, nos comícios, nas ruas, hoje, como Presidente da República consagrado e confirmado pela maioria esmagadora do nosso povo, já estou procurando cumpri-los através do envio de

¹³ FILHO, Antonio Nóbrega et al. Op. Cit., p.12

¹⁴ NOGUEIRA, Marcelo D'alencourt. Op. Cit., p.24

¹⁵ *Diário do Congresso Nacional*, em 16/3/1963.

mensagens do Poder Executivo que já se encontram em poder do Congresso Nacional. Mas, pode ter certeza a mocidade de São Paulo. Pode estar certa a mocidade do Brasil. Enquanto estiver à frente dos destinos de nossa Pátria, elevado que fui para lá, não por manobras de bastidores ou de cúpula, mas elevado que fui de uma vontade talvez expressa tão livre e democraticamente como nunca, enquanto lá estiver, pode estar certa a mocidade de que não permitirei que se instale no País o regime que eles desejam, o regime do ódio, o regime da perseguição e, acima de tudo, o regime dos privilégios ocultos.¹⁶

E continua, em outro pronunciamento, reafirmando tal legitimação feita pelas massas e o alinhamento com a política desenvolvida. Este, pouco antes do golpe de 1964, demonstrava sua postura em acreditar no papel das massas e no alinhamento com os setores políticos

Logo depois de restaurado o regime presidencialista, por meio de um plebiscito histórico em cuja campanha as Reformas de Base constituíram o meu compromisso fundamental, entrei em entendimento com todas as forças políticas da Nação, num esforço ingente por encontrar a fórmula mais adequada para a sua consecução democrática.¹⁷

João Goulart acreditava que, somente com a implementação das Reformas de Base propostas em sua plataforma, o país voltaria a estabilizar sua economia a crescer e desta forma poderia ser diminuída as desigualdades na sociedade. Com propostas que abarcariam a todos os âmbitos nacionais, as Reformas de Base modificariam econômica, política e socialmente o país. Jango acreditava que apenas através delas a economia voltaria a crescer e as desigualdades sociais diminuiriam. Nas análises de Jorge Ferreira, as Reformas de Base

[...] representariam, assim, um conjunto de ações que buscava modificar estruturalmente o país, “permitindo um desenvolvimento econômico autônomo e o estabelecimento de justiça social. Entre as principais reformas, constavam a bancária, fiscal, urbana, tributária, administrativa, agrária e universitária”.¹⁸

¹⁶ Discurso de João Goulart, realizado em 5 de abril de 1963, em solenidade de posse da Diretoria eleita para o Centro Acadêmico XI de Agosto da Universidade de São Paulo – USP – documento do CPDOC/FGV n. JG PR 1963.04.05. In: NOGUEIRA, Marcelo D'alencourt. Op. Cit. p. 24

¹⁷ Mensagem ao Congresso Nacional, publicada no *Diário do Congresso Nacional*, em 16 de março de 1964. In: NOGUEIRA, Marcelo D'alencourt. Op. Cit., p. 24

¹⁸ FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil republicano, O tempo da experiência democrática: da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p351.

Marcelo D'alencourt, por sua vez, ao trabalhar as Reformas, cita o pronunciamento do próprio Goulart a respeito da “proposta reformista na mensagem presidencial enviada ao Congresso Nacional”¹⁹ em 16 de março de 1962

As contingências da vida nacional colocam-nos ante a necessidade de reformas de base, capazes de adaptar o País às novas exigências do seu destino e atender aos reclamos da população brasileira mediante mais amplas medidas de segurança em relação ao seu futuro. Com o mesmo ânimo com que anunciamos as proposições legais acima referidas depositamos nossa confiança no Congresso no sentido de que efetue as reformas estruturais de que necessita a Nação brasileira. Tenho a convicção de expressar os mais verdadeiros sentimentos do nosso povo ao solicitar dos Senhores Congressistas que aliem seus dedicados esforços aos do Governo para dotar o País dos instrumentos que a consciência nacional, amadurecida no exame das dificuldades do Brasil, espera de seus representantes. Reforma bancária, reforma administrativa, reforma tributária e, afinal, a grande aspiração brasileira, a reforma agrária – eis o conjunto de novos instrumentos que a Nação deseja para viver melhor e mais dignamente.²⁰

Segundo tal discurso, as Reformas eram pontos centrais do governo de Goulart, segundo o qual “a aprovação das reformas, principalmente a agrária, passou a ser a meta política principal”²¹. Entendemos que “Reconduzido aos poderes conferidos a um presidente num sistema presidencial, João Goulart buscou implementar sua política de reformas de base.”²² Tais medidas são descritas de forma mais simplista e direta por Antonio Nóbrega Filho

Essas medidas incluíam as reformas agrária, tributária, administrativa, bancária e educacional. Dentre suas propostas, conhecidas como Reformas de Base, destacou-se: a Reforma Educacional, que visava combater o analfabetismo com a multiplicação nacional das pioneiras experiências do Método Paulo Freire. O governo também se propunha a realizar uma reforma universitária e proibiu o funcionamento de escolas particulares. Foi imposto que 15% da renda produzida no Brasil seria direcionada à educação. Ainda:

¹⁹ NOGUEIRA, Marcelo D'alencourt. Op. Cit., p. 25

²⁰ NOGUEIRA, Marcelo D'alencourt. Op. Cit., pp.25-26.

²¹ Idem. ibid.

²² MENDONÇA, Daniel de. Op. Cit., p.191

Reforma Tributária: controle da remessa de lucros das empresas multinacionais para o exterior; o lucro deveria ser reinvestido no Brasil. O Imposto de Renda seria proporcional ao lucro pessoal; Reforma Eleitoral: extensão do direito de voto aos analfabetos e aos militares de baixa patente; Reforma Agrária: terras com mais de 600 hectares seriam desapropriadas e redistribuídas à população pelo governo. Nesse período, a população agrária era maior do que a urbana; Reforma Urbana: foi estipulado que as pessoas que tivessem mais de uma casa poderiam ficar com apenas uma; as demais seriam doadas ao Estado ou vendidas a preço baixo.²³

Daniel Arão Reis Filhos, ao discutir as Reformas, diz que estas consistiam em

[...] a reforma agrária, a bandeira mais brandida, prevendo a utilização racional da terra e sua distribuição aos camponeses sem terra ou com pouca terra; a reforma urbana, capaz de disciplinar o uso e a posse do solo urbano, e de controlar a ganância e o abuso dos proprietários de imóveis e de especuladores de terrenos; a reforma tributária, deslocando para o imposto de renda o peso da carga fiscal, de modo a despejar nos mais ricos ônus maiores, proporcionais a seus bens; a reforma eleitoral, conferindo voto aos analfabetos, que, na época, segundo as estatísticas, representavam quase metade da população economicamente ativa; a reforma bancária, fazendo com que as estruturas financeiras direcionassem o crédito segundo critério social e nacionalmente orientados; a reforma do estatuto do capital estrangeiro, privilegiando-se o capital produtivo, devidamente direcionado para áreas determinadas, definidas de acordo com os interesses do país, e taxando a remessa de lucros para o exterior; a reforma universitária, colocando a ciência e a pesquisa a serviço da sociedade brasileira e dos chamados interesses nacionais²⁴

Tais reformas já eram discutidas dentro dos anais do Partido Trabalhista Brasileiro em 1958, conforme o expresso no dossiê de João Goulart da Fundação Getúlio Vargas

[...] ainda durante o governo de Juscelino Kubitschek, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) começou a discutir um conjunto de propostas que visava promover alterações nas estruturas econômicas, sociais e políticas que garantisse a superação do

²³ FILHO, Antonio Nóbrega et al. JANGOOp. Cit., pp. 19-20.

²⁴ REIS FILHO, D. A. *O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita*. In: FERREIRA, J. (org.). 2001. *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

subdesenvolvimento e permitisse uma diminuição das desigualdades sociais no Brasil.²⁵

Porém, “naquele momento, a definição dessas medidas e de seu alcance ainda era pouco clara”²⁶, sendo somente com “a chegada do presidente João Goulart à presidência da República, em setembro de 1961, que as chamadas "reformas de base" transformaram-se em bandeiras do novo governo e ganharam maior consistência.”²⁷

Ressalto que ainda durante o período Parlamentarista, Jango e aqueles que o apoiavam, buscaram implementar vários pontos das reformas. Podemos destacar as tentativas nos campos, econômico, de política externa e tributário, por exemplo. Foram criadas “a Eletrobrás e a Embratel e, dentro da ampliação dos direitos trabalhistas, é aprovado o 13º salário (no final de 1962).”²⁸ Podemos, ainda, neste período Parlamentarista, observar a criação e tentativa de implementar no país o chamado Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, que “procurou estabelecer regras e instrumentos rígidos para o controle do déficit público e refreamento do crescimento inflacionário.”²⁹ Com isso, foram adotadas pelo governo “medidas rígidas de controle das despesas e de acesso ao crédito, sendo verificado, nos primeiros seis meses de 1963, um decréscimo de 30% no volume de créditos bancários obtidos pelo setor privado.”³⁰ Porém, devido a diversos fatores, como a pressão de sua base política, e a falta de apoio político e também a desconfiança da direita, este não foi aplicado em sua totalidade. O Plano Trienal era o carro chefe que abriria espaço para a implementação das Reformas de Base e tentaria estabilizar o país. De acordo com Moreira

O Plano Trienal possuía dois componentes básicos. O primeiro consistia em medidas de combate à inflação e o segundo as chamadas Reformas de Base (reformas agrária, eleitoral, universitária, bancária, da legislação sobre o capital estrangeiro, urbana e a tributária). Entretanto, esse plano não pôde ser implementado em sua totalidade, posto que foi interrompido por meio do golpe civil-militar de 1964. A oposição ao governo

²⁵ In: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base. 26/10/2015 às 17h34min.

²⁶ Idem. Ibid.

²⁷ Idem. Ibid.

²⁸ In: <http://institutojoaogoulart.org.br/conteudo.php?id=70>. 27/10/2014 as 21:55.

²⁹ In: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_plano_trienal_e_a_politica_economica. 27/10/2014 as 21:58

³⁰ In: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_plano_trienal_e_a_politica_economica. 27/10/2014 as 22:45

Goulart considerava-o caótico, sem objetivos e cooptado pelas forças comunistas no país. Dessa forma, justificou-se o golpe como a forma de se restabelecer a ordem e a seriedade no trato com os assuntos de interesse nacional.³¹

Ainda segundo o autor,

O plano buscava conciliar objetivos conjunturais e estruturais. Aliava medidas de curto prazo, nos marcos de um modelo dependente, às mudanças estruturais de longo prazo que visavam romper com a dependência externa (financeira, produtiva e tecnológica), chamadas de reformas de base. Conforme o seu principal elaborador, o Estado deveria assumir um papel determinante de regulador e de promotor do desenvolvimento, tendo na continuidade do processo de substituição de importações do setor de bens intermediários e de capital a referência fundamental para esse processo e, assim, superar a dependência tecnológica e financeira.³²

Moreira afirma ainda que diferente do que comumente é aceito, “costuma-se atribuir o fracasso ou abandono do Plano Trienal”³³. Porém, “apenas parte referente à estabilização foi posta de lado. As diretrizes para as reformas e a mudança na estrutura industrial permaneceram sendo implementadas.”³⁴ Isso pode ser comprovado em trecho de artigo publicado pelo Instituto João Goulart, onde este diz que, “Em 1963, o governo abandonou o programa de austeridade econômica, concedendo reajustes salariais para o funcionalismo público e aumentando o salário mínimo acima da taxa pré-fixada.”³⁵ Também observamos na fala a seguir este ponto, onde pode ser visto que o Governo de Goulart autorizou.

[...] que fossem retomados os programas de subsídios às importações e deu início ao processo de renegociação salarial de diversas categorias. Com isto, o presidente praticamente abandonava os rigorosos mecanismos de controle de emissão e do déficit público, preconizados no Plano Trienal, para buscar, através de uma política econômica mais flexível e permissiva, a consolidação de uma sólida base política.³⁶

³¹ MOREIRA. Cássio Silva. *O Projeto De Nação Do Governo João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)*. UFRGS. Porto Alegre, 2011. p.33

³² MOREIRA. Cássio Silva. Op. Cit., p.233

³³ Idem. IBID.

³⁴ Idem. IBID.

³⁵

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_plano_triennial_e_a_politica_economica. 27/10/2014 as 23:05

³⁶ Idem. IBID.

Contudo, dentre todas as Reformas pretendidas a que mais é falada no âmbito político e comentada historiograficamente nas obras que tratam do Governo de João Goulart é a Reforma Agrária, pois foi “o governo Jango que mais efetivamente investiu na aprovação de uma reforma agrária pelo Congresso.”³⁷ Esta foi sem dúvida a que maior impacto causou em sua plataforma de governo, por trazer a pauta de discussões para questões que eram consideradas “tabus” na política nacional. Política esta permeada de conceitos conservadores. A Reforma Agrária era amplamente contestada e refutada por estas alas no Congresso Nacional, uma vez que, todas as medidas que tentaram ser implementadas, “experimentaram fortes resistências em um Congresso onde os interesses agrários tinham uma expressiva representação”³⁸. Observa-se tal ponto em artigo apresentado pelo CPDOC³⁹, da Fundação Getúlio Vargas, onde se lê que

A questão agrária foi um dos principais pontos que polarizaram o debate político durante os anos em que João Goulart ocupou a presidência. Ela esteve no centro das preocupações dos atores políticos em geral, do governo, dos partidos, dos movimentos sociais, da Igreja Católica, da opinião pública. Foi, em grande parte, naquele momento que se consolidou a noção de que o Brasil necessitava de uma reforma agrária capaz de eliminar a grande propriedade, o latifúndio, visto como obstáculo fundamental ao desenvolvimento.⁴⁰

Esse obstáculo que o artigo cita pode ser entendido pela má distribuição das terras e pelos conflitos que essas geraram através dos anos, o que nossa historiografia já mostrava, (o próprio artigo cita Canudos⁴¹ como exemplo), e continua ao dizer que

[...] foi principalmente a partir de meados dos anos 1940, e durante a década de 1950, que esses conflitos não apenas se intensificaram, mas também passaram a assumir uma feição nova. Tornou-se corrente, a partir dali, a idéia de que a questão

³⁷

In: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_questao_agraria_no_governo_Jango.28/10/2014 as 08:28.

³⁸ Idem. Ibid.

³⁹ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

⁴⁰

In: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_questao_agraria_no_governo_Jango.28/10/2014 as 08:34.

⁴¹ Ao citar Canudos, lembro do conflito ocorrido no interior da Bahia entre um ajuntamento liderado por Antonio Conselheiro, onde este enfrentou e foi dizimado pelo exército da recém formada república. Devido a diversos fatores sociais, essa micro-população invadiu e se negou a sair da fazenda de Canudos, fazenda esta considerada improdutiva no período.

agrária configurava um dos nossos problemas sociais mais sérios, resultado de um padrão concentrador da propriedade da terra instituído ainda no período colonial. Em uma ponta da hierarquia social, esse padrão acarretava riqueza, poder e privilégio. Na outra, produzia pobreza, analfabetismo, fome, doença, subordinação, isolamento.⁴²

Logo, esta Reforma se faria essencial por que “Tal distribuição, longe de se circunscrever apenas ao campo, produzia efeitos negativos para a nação como um todo.”⁴³ A Reforma então se justificaria por estas questões prejudiciais ao Estado. Essa má distribuição das terras, que em grande parte poderiam encontra-se improdutivas, seria responsável pela “pobreza gerada [que] excluía do acesso ao mercado de bens industrializados a maior parcela da população do país, uma vez que cerca de 70%⁴⁴ dos brasileiros habitavam a área rural até os anos 1950.”⁴⁵ Continuando com o texto, essa Reforma Agrária seria responsável por, “além de resolver o problema rural”,⁴⁶ restabelecer “a paz em áreas marcadas por uma crescente mobilização social”⁴⁷, uma vez que “uma reforma agrária, na visão que se afirmou, seria capaz de colocar o país nos trilhos da industrialização e do desenvolvimento econômico.”⁴⁸

Em específico, a Reforma Agrária consistiria, como destacado pelo “Programa da Frente de apoio às Reformas de Base”, divulgado pela imprensa em 6 de fevereiro de 1964⁴⁹, que expôs os pontos das Reformas, “com a ressalva que não era a intenção oferecer um programa completo, prioritário de governo e sim destacar aspirações à execução de um programa comum”⁵⁰, em:

- declaração de interesses sociais para fins de desapropriação da faixa marginal das rodovias e ferrovias, obras de beneficiamento e vias navegáveis com exclusão das pequenas e médias propriedades e das áreas ocupadas com lavouras, pastagens e reservas florestais.

42

In: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_questao_agraria_no_governo_Jango.28/10/2014 as 08:34.

43 Idem. Ibid.

44 Ressalto que “o Brasil de 1960 tinha uma população em torno de 70 milhões de pessoas, sendo que um pouco mais de 38 milhões viviam no campo, ou seja, 55,23%. MOREIRA, Cássio Silva. Op. Cit., p.124

45 Idem. Ibid

46

In: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_questao_agraria_no_governo_Jango.28/10/2014 as 08:34

47 Idem. Ibid.

48 Idem. Ibid.

49 MOREIRA. Cássio Silva. Op. Cit., p.265

50 Ibid. p 266.

- adoção de medidas para o início de uma reforma agrária com o objetivo de eliminar o latifúndio, dar assistência técnica sob a forma de máquinas, sementes e fertilizantes e assistência financeira através de crédito rápido e barato aos que exploram efetivamente o solo, e entregar terras inexploradas, depois de desapropriadas regularmente, a camponeses sem terra ou com pouca terra, que nela se estabeleçam com suas famílias, para fazê-las produzir.
- planejamento anual, pela SUPRA, das áreas selecionadas para a implementação da reforma agrária de acordo com os recursos disponíveis de modo a assegurar condições técnicas e financeiras ao aumento da produção e à melhoria da produtividade.
- ativação e ampliação da sindicalização rural e fiscalização nos campos do pagamento efetivo do salário legal, considerando-se o direito à desapropriação por interesse social dos estabelecimentos agrícolas que não cumprirem em grau de reincidência as obrigações recorrentes da legislação do trabalho.⁵¹

Devido a diversos fatores que já discorremos, somado às Reformas, sobretudo a Reforma Agrária, João Goulart não possuía no Congresso Nacional apoio que o permitisse prosseguir com suas medidas. Ainda que através de decretos presidenciais⁵² estabelecesse determinado avanço e programas para implantação das suas Reformas, estes eram derrubados pelo Congresso, que na sua maioria era composto pela oposição⁵³, o que, em boa medida, impedia o avanço para a implantação das Reformas de Base.

Sem o apoio necessário para implementar suas políticas, João Goulart, procura utilizar a “imposição ao Congresso Nacional da “pressão popular”, ou seja, a promoção do embate entre o Congresso Nacional, [...] e as organizações político-sindicais para forçar a aprovação das reformas.”⁵⁴ É através desta articulação e das manobras políticas, já no início de 1964, que veremos o desenhar de um dos episódios que marcam o período Presidencialista de Goulart, o Comício da Central do Brasil. Falarei deste mais a frente, pois se faz necessário para sua compreensão plena, entendermos ⁵⁵a proximidade que Jango possuiu com setores populares nesse período.

⁵¹ Idem. Ibid

⁵² Para saber mais sobre, consultar. COSTA, Ricardo Martins. O decreto presidencial à luz da Emenda Constitucional nº 32. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 8, n. 63, 1 mar. 2003. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/3844>>. Acesso em: 27 out. 2014.

⁵³ Neste período a oposição no Congresso Nacional ao governo de Goulart consistia em sua maioria de representantes dos partidos UDN e PSD. In: MENDONÇA, Daniel de. Op. Cit., p.194

⁵⁴ MENDONÇA, Daniel de. Op. Cit., Idem. Ibid.

2.2. O governo Jango a sociedade e seus trabalhadores

Normalmente, ao estudarmos o governo Jango, fica subentendido que este não possuiu apoio nas classes populares. Muito se diz que, diferente de Vargas, Goulart teria sido um político de ideologia trabalhista sem talento, que não conseguiu angariar o apoio das massas e possuir nesta sua base. Porém, Jango tinha envolvimento e era bem visto pelas massas “era visto entre as classes populares como um líder político e popular”⁵⁶, muito por “por conseguir atrair e mobilizar, através do carisma popular, a classe excluída e sem reconhecimento no cenário político nacional.”⁵⁷

Podemos pensar a proximidade de Goulart com os sindicatos e as organizações trabalhistas no período. Antes de João Goulart se tornar Presidente, ele já angariava grande prestígio e proximidade com estes setores, fosse por seu trabalho como deputado ou como Ministro do Trabalho no Governo Vargas. Em relação a estes setores

[...] será durante o Governo do Presidente Goulart que teremos a experiência do Comando Geral dos Trabalhadores – CGT, que assume este nome durante o IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores (1962), em São Paulo, congregando organizações oficiais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito (Contec) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos (CNTTMFA), além de organizações paralelas, como a Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS), o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e o Fórum Social de Debates (FSD). Freire, Alipio. As reformas populares propostas pelo Governo João Goulart.⁵⁸

O Autor continua afirmando ao ressaltar a importância e atuação das políticas trabalhistas do governo Goulart no campo

Será em seu Governo que assistiremos a extensão dos direitos dos trabalhadores urbanos para o campo; a criação de cerca de 1 200 sindicatos rurais e a fundação da CONTAG –Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, considerada até hoje a mais importante iniciativa trabalhista no campo brasileiro.⁵⁹

⁵⁶Ibid. p.11

⁵⁷ Idem. Ibid.

⁵⁸FREIRE, Alipio. *As Reformas Populares Propostas Pelo Governo João Goulart*. In: <http://valjucapereira.blogspot.com.br/2013/08/as-reformas-populares-propostas-pelo.html>. Em 27/10/2014 as 22h33min.

⁵⁹ Idem. Ibid.

Vemos que estes setores do campo ganham força e representatividade política apoiando os ideais e propostas do governo de Goulart, em um primeiro momento através das Ligas Camponesas e em consequência pelos sindicatos rurais. Estas que

[...] empunham então a bandeira da reforma agrária, associando-se às demais organizações políticas de todo país que aclamavam pela realização das reformas de base em passeatas, comícios, manifestações e pressões diretas sobre o Congresso. Conjuntamente com as ligas haviam os sindicatos rurais, buscando reforçar a “consciência proletária” dos camponeses, incentivar greves, etc, e logo aderindo também a luta pela reforma agrária.⁶⁰

Observou-se também no governo Goulart, a aproximação e atuação dos setores estudantis. Vemos que “nos anos de 1961 e 62, a UNE⁶¹ estava comprometida com a reforma universitária e esta era a principal bandeira do movimento”⁶². Contudo ainda que não houvesse um consenso entre todos os grupos estudantis, pois

[...] havia em seu interior grupos com diferentes opiniões sobre os caminhos que levavam a radicalização, um dos que divergiam era o grupo católico, e neste período ocorre um distanciamento entre as expectativas dos militantes e do restante dos universitários, então o movimento participa de todo o processo de lutas populares, mas não mais como um movimento de massas, apenas por meio de seus setores militantes, de vanguarda e direção. E em certa medida, o radicalismo da UNE contribuiu para pressionar o governo e a Frente de Mobilização Popular - FMP⁶³

Percebe-se que estes grupos também influenciaram e se aproximaram das políticas e ideologia representadas pelo presidente João Goulart. Finalizando este ponto de proximidade entre o Governo e os setores populares, parafraseio Caroline Prado, onde está cita Ianni,

[...] a aliança com os operários, camponeses, intelectuais progressistas, militares, democratas e outras camadas da vida nacional deve ser incrementada na certeza de que, entrelaçando nossas reivindicações, torná-las-emos infinitamente mais fortes.

⁶⁰ PRADO, Caroline Gonçalves. *Avaliação Econômica E Política Da Economia Brasileira De 1961-1964: O Alcance E Os Limites Dos Governos Jânio E Jango*. Florianópolis, 2013. p.75

⁶¹ União Nacional dos Estudantes

⁶² Ibid. p. 76.

⁶³ Idem. IBID.

Esta aliança implica em fazer da reforma agrária bandeira dos estudantes, do mesmo modo que as transformações em nosso ensino possam ser objetiva e subjetivamente aspiração de operários e camponeses; e assim por diante.⁶⁴

No período do governo de Goulart,

Para além dos poderes executivo e legislativo, o Brasil conhecia um importante crescimento de movimentos sociais, populares, sindicais, estudantis etc que insistentemente exigiam mudanças sociais profundas que ficaram conhecidas genericamente como as “reformas de base”. Em relação às Forças Armadas, viu-se o crescimento das insatisfações dos escalões mais baixos da hierarquia militar que acabaram se refletindo em revoltas no interior da caserna, como os dois movimentos que mais tiveram relevo no período respectivamente, a Revolta dos Sargentos, em setembro de 1963, e a Revolta dos Marinheiros e dos Fuzileiros Navais em março do ano seguinte. Março de 1964 foi repleto de incidentes e de ações radicalizadas. Pelo lado da esquerda, a realização do Comício da Central do Brasil foi marcada como um momento importante de apoio a Goulart e às reformas de base.⁶⁵

Com o apoio e base desses setores o intuito de Jango era

[...] mobilizar a população por meio de comícios, estratégicos, pelas principais capitais do Brasil para neutralizar as ações de grande parte da imprensa oposicionista que estava influenciando a opinião pública por meio de notícias sistematizadas contra o governo.⁶⁶

Com isso foi convocado àquele que ficou conhecido como Comício da Central do Brasil, que “reuniu cerca de 150 mil pessoas, incluindo membros de entidades sindicais e outras organizações de trabalhadores, servidores públicos civis e militares, estudantes”⁶⁷, podemos dizer que “o evento teve uma estrondosa repercussão nos meios civis e militares, gerando um clima de intensa instabilidade política.”⁶⁸ Ressalto que já

Nos primeiros meses de 1964, ele [João Goulart] procurou mobilizar as massas para a implementação, ainda naquele ano,

⁶⁴IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. Apud TOLEDO, Caio N. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. P81. In: Idem Ibid.

⁶⁵ MENDONÇA, Daniel de. Op. Cit., p.3

⁶⁶ Idem. IBID.

⁶⁷

Por

Sérgio

Lamarão.

In:

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/Comicio_das_reformas

⁶⁸MENDONÇA, Daniel de. Op. Cit., p. 193

das chamadas reformas de base - agrária, bancária, administrativa, universitária e eleitoral -, bloqueadas pelo Congresso, e para a extensão do direito de voto aos analfabetos, soldados, marinheiros e cabos, assim como a elegibilidade para todos os eleitores. Com esse intuito, convocou um comício para o dia 13 de março, a ser organizado por uma comissão de líderes sindicais.⁶⁹

O evento foi precedido de uma organização, onde foram feitas reuniões e panfletos com a convocação para o Comício. Este documento que irei colocar abaixo, explicaria aos cidadãos os motivos para seu comparecimento e se direcionaria a

[...] todos os brasileiros, tendo em vista a expressão “trabalhadores e povo em geral”. A chamada da concentração popular visa a atingir a atenção de todos os leitores, tendo em vista que os seus destinatários são os “trabalhadores” e o “povo em geral”, ou seja, todos os brasileiros⁷⁰

Abaixo o documento que traduz de forma mais direta os intentos e as reivindicações do Comício da Central do Brasil,

As entidades sindicais e organizações que subscrevem esta convocação, na qualidade de autênticas e legítimas representantes de todas as categorias profissionais de trabalhadores da cidade e do campo, dos servidores públicos civis e militares, dos estudantes e das demais camadas e setores populares, juntamente com a Frente Parlamentar Nacionalista, convocam os trabalhadores e o povo em geral para participarem da CONCENTRAÇÃO POPULAR que será realizada no próximo dia 13 de março (sexta-feira), com início às 17,30 horas, na Praça da República (lado da Central do Brasil) e para a qual está convidado, e comparecerá, o senhor Presidente da República.

Os trabalhadores e o povo em geral demonstrarão, nessa oportunidade, que estão decididos a participar, ativamente, das soluções para os problemas nacionais e manifestarão sua inabalável disposição a favor das reformas de base, entre as quais a agrária, a bancária, a administrativa, a universitária e a eleitoral, que querem ver concretizadas neste ano de 1964. De igual forma, manifestando em praça pública a defesa das liberdades democráticas e sindicais, exigiremos também a extensão do direito de voto aos analfabetos, soldados marinheiros e cabos, e elegibilidade para todos os eleitores, bem como a necessidade de imediata anistia a todos os civis e

⁶⁹ Idem. Ibid.

⁷⁰ MENDONÇA, Daniel de. Op. Cit., p.196

militares indiciados e processados por crimes políticos e pelo exercício de atividades sindicais.

Conclamamos os trabalhadores e o povo em geral para essa demonstração cívica de unidade e patriotismo, na defesa das soluções populares e nacionalistas para os problemas brasileiros, certos de que ao povo compete, legitimamente, traçar os rumos definitivos dos destinos nacionais e de que, de sua mobilização, depende o êxito de qualquer programa que vise ao atendimento das necessidades sociais e dos supremos interesses da Nação, como a reformulação da política econômico-financeira e de medidas outras que conduzam ao fortalecimento do monopólio estatal do petróleo e a ampliação da Petrobrás, à efetivação da Reforma Agrária, como a declaração de utilidade pública ou de interesse social para efeito de desapropriação e entrega aos camponeses sem terra, das áreas inaproveitáveis situadas às margens dos açudes, ferrovias e rodovias, cujo Decreto deverá o Presidente da República assinar na oportunidade daquele ato público.

TUDO PELA UNIDADE DO POVO E AMPLIAÇÃO DA DEMOCRACIA

BRASILEIRA!

TUDO PELA CONCRETIZAÇÃO DAS REFORMAS DE BASE!

TUDO PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS E SINDICAIS!

TODOS À CONCENTRAÇÃO POPULAR DO DIA 13 DE MARÇO, ÀS 17,30

HORAS, NA PRAÇA DA REPÚBLICA!

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1964.⁷¹

A “convocação” é direta e como já citada, visava trazer a Jango o apoio necessário para implantar suas Reformas, legitimar seu governo e demonstrar a base deste, que no momento seria composto pelos setores da massa, sindicatos e grupos de trabalhadores. Logo vemos que

O documento finaliza com uma nova chamada aos “trabalhadores” e ao “povo em geral”, ou seja, uma “conclamação” geral diante do importante papel que o povo e os trabalhadores brasileiros teriam a cumprir naquele momento.[...] o povo precisa ser partícipe das mudanças relativas aos “interesses da Nação”. Para tanto, a concentração popular que está sendo chamada é justamente para dar provas de que o povo será efetivamente partícipe dessas mudanças.⁷²

⁷¹O documento “Concentração popular dia 13 de março na central do Brasil: aos trabalhadores e ao povo em geral” foi extraído do Arquivo da FGV/CPDOC (ref. AAP 64.02.19). Apud. Ibid. pp. 196, 197 e 198.

⁷² MENDONÇA, Daniel de. Op. Cit., p.196

Para terminar este subitem, e complementar as falas feitas durante as questões onde tratei da proximidade deste com as massas e da identificação destas com seu governo, - mesmo que possa ser observado movimentos populares dentro da oposição a este⁷³-, usarei um trecho do discurso feito pelo próprio Presidente durante o Comício, onde percebemos as características trabalhistas deste e suas afirmações onde fica claro sua proximidade com os setores populares comentados anteriormente, pois este “pode ser considerado o auge e a síntese do pensamento político de Goulart, inclusive por ser de improviso”⁷⁴. Goulart diz

Devo agradecer em primeiro lugar às organizações promotoras deste comício, ao povo em geral e ao bravo povo carioca em particular, a realização, em praça pública, de tão entusiasta e calorosa manifestação. Agradeço aos sindicatos que mobilizaram os seus associados, dirigindo minha saudação a todos os brasileiros que, neste instante, mobilizados nos mais longínquos recantos deste país, me ouvem pela televisão e pelo rádio.

Dirijo-me a todos os brasileiros, não apenas aos que conseguiram adquirir instrução nas escolas, mas também aos milhões de irmãos nossos que dão ao Brasil mais do que recebem, que pagam em sofrimento, em miséria, em privações, o direito de ser brasileiro e de trabalhar sol a sol para a grandeza deste país.

Presidente de 80 milhões de brasileiros, quero que minhas palavras sejam bem entendidas por todos os nossos patrícios. Vou falar em linguagem que pode ser rude, mas é sincera sem subterfúgios, mas é também uma linguagem de esperança de quem quer inspirar confiança no futuro e tem a coragem de enfrentar sem fraquezas a dura realidade do presente. Aqui estão os meus amigos trabalhadores, vencendo uma campanha de terror ideológico e sabotagem, cuidadosamente organizada para impedir ou perturbar a realização deste memorável encontro entre o povo e o seu presidente, na presença das mais significativas organizações operárias e lideranças populares deste país.

Chegou-se a proclamar, até, que esta concentração seria um ato atentatório ao regime democrático, como se no Brasil a reação ainda fosse a dona da democracia, e a proprietária das praças e das ruas. Desgraçada a democracia se tiver que ser defendida por tais democratas.

Democracia para esses democratas não é o regime da liberdade de reunião para o povo: o que eles querem é uma democracia de povo emudecido, amordaçado nos seus anseios e sufocado nas suas reivindicações.

A democracia que eles desejam impingir-nos é a democracia

⁷³ Como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que explanarei de forma breve no próximo subitem.

⁷⁴ MOREIRA, Cássio Silva. Op. Cit., p.319

antipovo, do anti-sindicato, da anti-reforma, ou seja, aquela que melhor atende aos interesses dos grupos a que eles servem ou representam. [...] Ainda ontem, eu afirmava, envolvido pelo calor do entusiasmo de milhares de trabalhadores no Arsenal da Marinha, que o que está ameaçando o regime democrático neste País não é o povo nas praças, não são os trabalhadores reunidos pacificamente para dizer de suas aspirações ou de sua solidariedade às grandes causas nacionais. Democracia é precisamente isso: o povo livre para manifestar-se, inclusive nas praças públicas, sem que daí possa resultar o mínimo de perigo à segurança das instituições. Democracia é o que o meu governo vem procurando realizar, como é do seu dever, não só para interpretar os anseios populares, mas também conquistá-los pelos caminhos da legalidade, pelos caminhos do entendimento e da paz social. Não há ameaça mais séria à democracia do que desconhecer os direitos do povo; não há ameaça mais séria à democracia do que tentar estrangular a voz do povo e de seus legítimos líderes, fazendo calar as suas mais sentidas reivindicações. Estaríamos, sim, ameaçando o regime se nos mostrássemos surdos aos reclamos da Nação, que de norte a sul, de leste a oeste levanta o seu grande clamor pelas reformas de estrutura, sobretudo pela reforma agrária, que será como complemento da abolição do cativo para dezenas de milhões de brasileiros que vegetam no interior, em revoltantes condições de miséria.⁷⁵

Segundo Sérgio Lamarão, “as repercussões do comício foram imediatas e sentidas em todo o país. Manifestações anti-governamentais ocorreram em São Paulo e Belo Horizonte”⁷⁶, o autor continua e diz que os partidos de oposição como a UDN e “parte do Partido Social Democrático (PSD) e outros partidos”⁷⁷ que compunham esta, solicitaram a destituição de Goulart. O então governador Carlos Lacerda “considerou o comício “um ataque à Constituição e à honra do povo” e o discurso do presidente “subversivo e provocativo”. ”⁷⁸

Ainda no Comício, foram assinados dois decretos, “o da nacionalização das refinarias particulares de petróleo e o da desapropriação das propriedades de terras (com mais de 100 hectares) que ficavam ao lado das rodovias e ferrovias federais e os açudes públicos”⁷⁹, estes acabaram não sendo, de fato efetivados, devido à organização e ação do golpe cerca de 19 dias depois da data do Comício.

⁷⁵ <http://www.institutojoaogoulart.org.br/conteudo.php?id=3>. 28/10/2014 às 15:50.

⁷⁶ Por Sérgio Lamarão. In: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/Comicio_das_reformas. 28/10/2014 as 16:50.

⁷⁷ Idem. Ibid.

⁷⁸ Idem. Ibid.

⁷⁹ PRADO, Caroline Gonçalves. Op. Cit., p.75

2.4. Os prenúncios do Golpe de Abril de 1964, a derrocada do Governo João Goulart

Citando o trabalho de Mestrado do professor Marcelo D'alencourt Nogueira, onde esse parafraseia Jorge Ferreira e Octavio Ianni, observou-se pontos comuns que levam ao golpe em abril de 1964, “Ferreira apresenta as principais posições que tentam explicar os acontecimentos que levaram ao golpe civil-militar de 1964.”⁸⁰

[...] uma primeira (da direita civil-militar) aponta João Goulart como um demagogo, corrupto e alinhado com os comunistas. O golpe representa, portanto, a resposta da sociedade à ineficácia da política instituída por Jango. Uma outra coloca 1964 como o “colapso do populismo no Brasil” (IANNI, 1975). A terceira interpretação alude à “grande conspiração”, que congregou os conservadores brasileiros com a CIA e o Departamento de Estado norte americano. Finalmente, para analisar o período, Ferreira adota o método histórico, “reconstituindo as identidades e os interesses dos atores coletivos envolvidos no processo, bem como as lutas políticas e conflitos sociais que eles patrocinaram”.⁸¹

Vemos que o discurso de Jango tem um efeito rápido na sociedade,

[...] a direita, os militares e o centro pró-legalidade foram convencidos de que o presidente deixara de acreditar no processo democrático. São organizadas, então, manifestações civis para demonstrar o desagrado da classe média urbana com o governo, em São Paulo é realizada, no dia 19 de março, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, reunindo cerca de 500 mil pessoas. Estas manifestações não contavam com a participação popular e de trabalhadores, e sempre foram incentivadas pelos conspiradores militares.⁸²

Daniel Mendonça nos exemplifica a forma utilizada para conseguir o apoio necessário para que o Golpe fosse implementado, ele diz que

O artifício usado para a derrubada do presidente João Goulart era o de “explorar os sentimentos religiosos de nosso povo, sob o falso pretexto do anticomunismo”, a partir de uma “marcha para o dia dois de abril na Guanabara”. Tal marcha, congênere à “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, na ocasião,

⁸⁰ NOGUEIRA, Marcelo D'alencourt. Op. Cit., p.18

⁸¹ FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil republicano, O tempo da experiência democrática: da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 345-347. Apud. Idem. Ibid.

⁸² PRADO, Caroline Gonçalves. Op. Cit., p.93

recentemente ocorrida em São Paulo, teria como objetivo associar a figura do presidente da República com a dos movimentos “comunistas”, argumentando-se que ambos eram anticristãos e ateus. Tal marcha, conforme a nota, serviu para “explorar os sentimentos religiosos” do povo brasileiro, no sentido de confundi-lo em relação aos propósitos positivos dos “decretos patrióticos” do presidente Goulart. Para não conseguir os avanços sociais perseguidos por organizações como o CGT⁸³, as “forças reacionárias” pretendiam desqualificar as ações presidenciais a partir da acusação de o mesmo ser “comunista” e, portanto, anti-religioso. O golpe, nesse sentido, seria dado para depor o instrumento das reformas, o presidente da República, no sentido de alcançar o objetivo principal, ou seja, barrar as mesmas.⁸⁴

A deposição de Goulart, porém, não deve ser atribuída somente a tais organizações e acontecimentos em Março de 1964,

Se o golpe de Estado, no Brasil, não foi absolutamente inevitável, também não foi absolutamente casual. Fatores vários confluíram e determinaram a queda do governo João Goulart em 1º- de abril de 1964, em meio a contradições sociais e políticas, tanto internas quanto externas, que o forte impulso da industrialização do país, durante os anos 50, aguçou.⁸⁵

Como exemplifica Wanderley Guilherme dos Santos, o sistema político brasileiro passou por quatro alterações críticas durante os anos de governo Goulart, entre 1961 e 1964,

1. Um nível crescente de demandas políticas e econômicas feitas ao governo;
2. Uma decrescente capacidade de captação de recursos devida ao declínio no crescimento da economia;
3. Uma decrescente capacidade política de converter demandas em políticas concretas em decorrência da fragmentação do apoio; e
4. Crescente rompimento de lealdades ao próprio regime.⁸⁶

Já pesquisadora Argelina Figueiredo, segundo Marcelo D'alencourt Nogueira, destaca duas explicações – uma estrutural e uma intencional – sobre os motivos que levaram ao Golpe de 1964

⁸³Comando Geral dos Trabalhadores

⁸⁴ MENDONÇA, Daniel de. Op. Cit., p.213

⁸⁵ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Ed. Revan; Brasília: Ed. da UnB, 2001. p.201. Apud. REZK, Antonio. In: http://www.espacoacademico.com.br/021/21res_rezk.htm#_ftn35

⁸⁶ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986.p17. Apud. NOGUEIRA, Marcelo D'alencourt. Op. Cit., p. 10.

[...] a estrutural (FERREIRA, 2003, p. 346) e a intencional. Quanto à primeira, esclarece que “as explicações estruturais, tanto a política como a econômica, apontam para a inevitabilidade de um resultado autoritário” (FIGUEIREDO, 1993, p. 23). Critica a primeira visão, considerando-a determinista. Figueiredo cita Santos, ratificando que 1964 é resultado da “paralisia de decisão” que atingiu o governo Goulart. A questão pode ser discutida através de quatro variáveis: fragmentação de recursos de poder, radicalização ideológica, inconstância das coalizões que se formaram no Congresso e instabilidade governamental, definida como rotatividade de pastas ministeriais e de agências estatais. (FIGUEIREDO, 1993, p.24)⁸⁷

Diversas análises geram motivos e explicações que buscam entender, das formas mais variadas e distintas, os motivos que levaram ao Golpe desencadeado nos primeiros dias de Abril de 1964.

Em síntese, após as argumentações de diversos autores, a meu ver, como concluinte do curso de História, deve ser dado destaque a algumas questões em específico. Externamente, devemos compreender que, a polarização vivida em todo mundo, com a Guerra Fria, deixou marcas profundas na história de nosso país, e uma das bases que nortearam a campanha para deposição de João Goulart foi o “Perigo Vermelho”⁸⁸; que mantém vivo o modo ao “avanço comunista” que poderia invadir e destruir o país. Outro fator externo que destaque para a interpretação é o envolvimento da política Norte-Americana e a forte campanha junto a oposição feita por esta no país.

No dia seguinte ao golpe o jornal Folha de São Paulo apud Dias (2010, p. 19) afirmou que Jango governou com os comunistas, tentou eliminar o Congresso atacando a Constituição e, desta forma, a intervenção militar foi justa e o fim do governo marcava o início de uma nova era; com o fim das Repúblicas Populistas, o liberalismo político e econômico poderia se fortalecer. Já O Estado de S. Paulo afirmava que 1964, e não 1945 marcou o fim da ditadura no Brasil.⁸⁹

Externamente estes seriam os pontos de destaque para entender os motivos que levam ao Golpe em 1964.

⁸⁷ NOGUEIRA, Marcelo D'alencourt. Op. Cit., p. 10.

⁸⁸ Para mais explicações ver. MOTTA, Rodrigo Sá. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

⁸⁹ PRADO, Caroline Gonçalves. Op. Cit., p. 94

Já internamente, ressaltou a polarização e radicalização tanto das esquerdas, quanto das direitas no período. Essa forma de fazer política leva um constante embate nas Câmaras e no Congresso do país, impedindo que um consenso fosse adotado e a política pretendida por Goulart avançasse. Isto já nos leva a mais um ponto, que foi a falta de apoio político vivido por Jango. Com a falta de um consenso e com a oposição a cada dia mais forte, João Goulart se encontrou isolado politicamente, a bancada de seu partido, o PTB, não tinha no período peso e voz para sancionar sozinha o plano político pretendido e as Reformas de Base, e com o avanço e pressão das massas, seu principal partido de apoio o PSD, iniciou um êxodo como base política e acaba se aliando ao principal partido de oposição a UDN. Por muito tempo Jango preferiu um viés legalista, a postura deste era contra a quebra da legalidade conseguida nas Campanhas que permitiram sua posse em 1961, afastando-se assim de um dos principais nomes políticos do período, Leonel Brizola, que tinha postura mais energética e radical, inclusive ao citar que pegaria em armas para conseguir implementar as Reformas. Por último, como motivo que levou ao Golpe de 1964, destaco a mudança de postura e discurso mais radical de João Goulart em relação ao se aproximar das massas na tentativa de fazer pressão ao Congresso.

Com o discurso de Jango, o general Mourão Filho decidiu que era hora de agir e deslocou uma parte do Primeiro Exército que estava em Minas Gerais para marchar até o Rio de Janeiro, as demais tropas do Primeiro Exército que estavam no Rio e em São Paulo se juntaram aquela que estava vindo de Minas e não defenderiam João Goulart. Na manhã do dia 1º de abril, Jango viu que sua situação era insustentável, e tomou um avião com destino a Brasília na esperança de resistir, a qual encontrou insustentável, e poucas horas depois continuou sua fuga em direção ao Rio Grande do Sul, recusando-se a autorizar uma resistência, e, após, se isolando no Uruguai. E naquela mesma noite de 1º de abril, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou vaga a presidência do país.⁹⁰

Assim teve fim um dos governos mais interessantes para as políticas sociais do nosso país, tendo início um dos períodos mais tenebrosos e danosos para nossa história.

⁹⁰SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Apud. Idem. Ibid.

CONCLUSÃO

Para compreendermos de forma mais ampla o governo de João Goulart e os fatores que levam ao Golpe de 1964, se faz necessário uma gama de conhecimentos e leituras sobre o período. O capítulo abordado é um pequeno recorte desta gama de informações, que através de uma interpretação, busca acrescentar ao leitor uma visão diferenciada e reflexiva dos acontecimentos do último ano de Goulart como presidente, na fase de seu governo conhecida como Presidencialista.

O governo de Goulart é permeado por estas questões, onde este já se inicia com uma “crise”, uma tentativa de manobra política de Janio Quadros que não foi bem sucedida, e todo o desdobramento da “Campanha da Legalidade”, - que reúne uma expressiva quantidade de partidos desta esquerda em torno da figura de João Goulart e do emblemático político Leonel Brizola que o apoiava -, que possuiu como intuito a continuidade da constituição vigente em 1961 e exige a posse do então Vice presidente João Goulart.

A crise instaurada, leva a implementação do período Parlamentarista, que serviu como um paliativo que agradou a, também, efervescente direita do Congresso e, sobretudo, as figuras militares, que possuíam grande força política no período, e que já neste momento ameaçavam o país com uma possível intervenção, caso o impasse não fosse solucionado.

Lembro que esta postura contrária da bancada militar e das direitas, se deu pelo contexto do período que se dava sobre a égide do “medo vermelho”, da “ameaça comunista”, cujo a figura de João Goulart era acusada de possuir proximidade. Desde este momento, já

podia ser observado uma forte campanha que tinha como intuito denegrir e associar a figura de Goulart a estereótipos existentes no período, onde já se desenhava uma fuga a real crise vivida no país, a instauração de um ataque e culpabilidade direta ao ex presidente e suas propostas políticas que não eram de interesse da parte mais conservadora da bancada política e social vigente em 1961-64.

Ao assumir com total autonomia as funções de presidente, João Goulart se vê de frente a crescente crise política e econômica, busca soluções para tal, contudo, visa a implementação de medidas que seriam a base de toda sua proposta governamental, as Reformas de Base. Goulart propõe ao Congresso a aprovação das medidas que alterariam toda uma gama, econômica, estrutural e social. Onde esta não era bem vista pelos setores tradicionais, sobretudo a Reforma Agrária, carro chefe das Reformas de Base. Tais propostas levaram Goulart a uma crescente perda de apoio a sua base de governo e a um isolamento político. Também neste momento observou-se que alguns partidos de esquerda se afastaram de Goulart devido a seu perfil mediador, que evitava embates diretos, posturas mais enfáticas e enérgicas, que poderiam assim levar a consequências mais danosas a já frágil base de governo.

Este crescente isolamento político faz com que João Goulart se volte para sua base de governo, e busque uma maior proximidade com a classe trabalhadora, isto leva o discurso do presidente a uma radicalização. A campanha desemboca no episódio que vem a ser conhecido como “Comício da Central do Brasil” onde João Goulart afirma sua postura pró Reformas e seu compromisso com a classe trabalhadora, Goulart deixa nítida sua pretensão e mudança de postura, indo de encontro com a bancada conservadora, assina leis que dariam início a Reforma Agrária no formato desejado pela esquerda e pelos trabalhadores em detrimento as reivindicações e exigências feitas pela oposição.

Com isso é feita forte crítica e campanha contra a figura de Goulart, que novamente é acusado de ter proximidade com comunistas e querer instaurar no país tal regime, a população, sobretudo a classe média e os setores mais altos da sociedade, promovem a “Marcha da Família com Deus”, e novamente devido ao discurso do “anti-terror vermelho”, com apoio da política Estadunidense, os ministros militares, juntamente a diversas instituições civis e políticos de oposição, instauraram o regime Civil-Militar em Abril de 1964.

A partir deste momento a figura de João Goulart é duramente atacada, sua imagem é denegrada como forma de legitimar o Golpe. Seu governo passa a ser taxado amplamente como inábil, comunista, incompetente, dentre outras características, sobre a sombra do terror vermelho. Tudo a respeito de Goulart – enquanto enaltecido, ou contrário a visão dada pelo governo instaurado - foi proibido de ser veiculado. Iniciou-se assim uma política de silêncio e

negligência que responsabiliza a figura de João Goulart e culpa sua “incompetência e inabilidade política” como responsáveis centrais para a instauração do Golpe em 1964.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964). Rio de Janeiro: Ed. Revan; Brasília: Ed. da UnB, 2001.

COSTA, Ricardo Martins. O decreto presidencial à luz da Emenda Constitucional nº 32. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 63, 1 mar. 2003. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/3844>>. Acesso em: 27 out. 2014.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. “O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas.” Revista Grafía, Minas Gerais, Vol. 9 Jan/Dez 2012.

FERREIRA, Jorge (org.). O Brasil republicano, O tempo da experiência democrática: da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964, Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In: _____ O Brasil Republicano; v. 3. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

_____. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In: _____. O populismo e sua história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Palestra do seminário 1964: 50 anos depois - promovido pelo Cebrap em parceria com o Sesc. UNIVESP, 2014. In: https://www.youtube.com/watch?v=3W5h7J_1nnc. Em 30/10/2014 as 13:46.

FILHO, Antonio Nóbrega et al. Jango: Luta Pela Democracia. Ceara: INESP, 2009.

FREIRE, Alipio. As Reformas Populares Propostas Pelo Governo João Goulart. In: <http://valjucapereira.blogspot.com.br/2013/08/as-reformas-populares-propostas-pelo.html>. Em 27/10/2014 as 22h33min.

GORENDER, Jacob. “Era o golpe de 64 inevitável?”, In: Caio Navarro de Toledo (org.), 1964: visões críticas do golpe, Campinas, Editora Unicamp, 1997.

IANNI, Octavio. Estado e planejamento econômico no Brasil. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

MELO, Demian Bezerra de. O Plebiscito De 1963: Inflexão De Forças Na Crise Orgânica Dos Anos Sessenta. Niterói, UFF, Dissertação de Mestrado em História, 2009.

MENDONÇA, Daniel De. Democracia Sem Democratas: Uma Análise Da Crise Política No Governo João Goulart (1961-1964). Porto Alegre, UFRGS, Tese de Doutorado em Ciência Política, 2006.

MOREIRA, Cássio Silva. O Projeto De Nação Do Governo João Goulart: O Plano Trienal E As Reformas De Base (1961-1964). Porto Alegre, UFRGS, Tese de Doutorado em Ciências Econômicas, 2011.

MOTTA, Rodrigo Sá. Em Guarda Contra o Perigo Vermelho. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

NOGUEIRA, Marcelo D'alencourt. *As Relações Políticas De João Goulart E Leonel Brizola No Governo Jango (1961-1964)*. Niterói, UFF, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, 2006.

PRADO, Caroline Gonçalves. *Avaliação Econômica E Política Da Economia Brasileira De 1961-1964: O Alcance E Os Limites Dos Governos Jânio e Jango*. Florianópolis, UFSC, Monografia em Ciências Econômicas, 2013.

REIS FILHO, D. A. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita”. In: FERREIRA, J. (org.). 2001. *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. “Era o golpe de 64 inevitável?”. In: Caio Navarro de Toledo (org.), *1964: visões críticas do golpe*, Campinas, Editora Unicamp, 1997.

TOLEDO, Caio N. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<http://www.institutojoaogoulart.org.br/conteudo.php?id=17>. 27/10/2014 as 21:55.

<http://www.institutojoaogoulart.org.br/conteudo.php?id=31>. 28/10/2014 as 15:50.

Parlamentarismo In: http://www.parlamentarismo.com.br/multimedia_oquee.php. 11/10/14 às 13:45.

<http://www2.camara.leg.br/comunicacao/institucional/noticias-institucionais/emenda-parlamentarista>. 12/10/2014 as 13:43.

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Parlamentarismo_sim_ou_nao. 20/10/2014 às 15:17.

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base. 26/10/2015 às 17h34min.

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_plano_trienal_e_a_politica_economica. 27/10/2014 as 21:58

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_questao_agraria_no_governo_Jango.28/10/2014 as 08:28.

Por Sérgio Lamarão. In:
http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/Comicio_das_reformas. 28/10/2014 as 16:50.